

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Terminou não faz muito o Seminário organizado pela FUNDAÇÃO RIO, com o apoio da II Região Administrativa, do SESC, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e das comunidades locais, para debater o tema CORREDOR CULTURAL: UM PROJETO DE REVITALIZAÇÃO PARA O CENTRO DA CIDADE.

Durante três dias, com grande frequência e muita participação, foram discutidos os aspectos mais importantes do projeto Corredor Cultural e apresentadas diversas recomendações e propostas para a sua continuação.

Ficou em todos os participantes a convicção de que em matéria de cultura não se pode trabalhar dentro dos gabinetes. Sem a efetiva participação das comunidades torna-se ineficaz fazer projetos culturais. Corre-se o risco de atividades sem o menor respaldo das populações, o que inviabiliza efeitos positivos e caracteriza uma ação paternalista inconveniente e superada.

É pensamento correto dos que atuam no setor cultural o de que o Estado não produz cultura. Se produz é Estado totalitário, que deseja uma cultura oficial em nada representativa do caráter da Nação. É do Papa João Paulo II a lição:

a cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte do poder, quer político, quer econômico, mas ser ajudada por um e por outro em todas as formas de iniciativa pública e privada conformes com o verdadeiro humanismo, com a tradição e com o espírito autêntico de cada povo.

A cultura só prospera em um ambiente de liberdade. Toda a atividade criadora do espírito não pode florescer de cima para baixo. Ele

nasce da diversidade pessoal. É resultado da inteligência livre do homem. E, por isso, a intervenção do poder público destina-se a criar condições concretas para que indivíduos e grupos possam manifestar-se culturalmente. Ele tem uma função subsidiária. Com tal postura assegura-se a liberdade de criação.

O Seminário mostrou o grande interesse das comunidades nas atividades culturais. Ao longo dos debates foi possível sentir que a cultura é essencial ao aperfeiçoamento do homem e integra necessariamente o perfil e a biografia da Cidade do Rio de Janeiro.

Em todos os níveis o bem cultural é algo além do simples lazer. É muito mais na medida em que, como disse João Paulo II aos intelectuais no Sumaré, tem o fim de promover o ser do homem e de proporcionar-lhe os bens necessários ao desenvolvimento do seu ser individual e social.

De fato, e a experiência da FUNDAÇÃO RIO tem comprovado, a presença cultural alcança níveis de demanda altíssimos, particularmente nos extratos de baixa renda. Desde 1979, com o pioneirismo dos bailes populares, constatou-se que com o mínimo de investimentos do setor público as populações locais organizam-se seja na produção do bem cultural adequado à sua comunidade, seja no consumo de seu maior agrado. Projetos em curso como o Perfil Cultural, o Mutirão Cultural e o Centro de Documentação e Pesquisa da Arte Popular tratam diretamente do conhecimento das vocações nas áreas em estudo. Com eles evita-se a imposição de uma cultura sem raízes e, portanto, artificial.

Nós todos sabemos que nas épocas de crise o setor público sacrifica muito o orçamento dos órgãos culturais. Não é novidade este tipo de sofrimento. Não representa mesmo sequer indiferença. É um velho hábito decorrente da necessidade de espremer gastos. Mas, poucos se dão conta de que mesmo com recursos de menor monta é possível multiplicar

os efeitos porque o poder público entra para estimular, apoiar e não para realizar projetos grandiosos.

É claro que cada vez mais devem ser convocadas aquelas comunidades que podem participar com investimentos. O Presidente da Associação Comercial, Ruy Barreto, no último dia do Seminário, exatamente aquele que tratava da integração com as comunidades, lembrou muito bem que a iniciativa privada tem capacidade de fazer culturalmente e deve ser mobilizada. E isto é correto. Mas, a grande dificuldade é que nestes casos a participação pode ser analisada em termos de retorno, o que afeta, sem sombra de dúvida, a execução de projetos-pilotos destinados basicamente às áreas menos privilegiadas. E isto traz grande dificuldade nos momentos de esgotamento dos recursos públicos e de busca de fontes alternativas. No final é uma luta sofrida.

Note-se que a ocupação dos espaços urbanos disponíveis é uma forma de democratização do acesso ao bem cultural. É uma alternativa que se abre sem dispêndio para uma parcela majoritária da população que não tem recursos para pagar ingressos em espetáculos. Sob esse aspecto, a realização de programas de acesso livre (por exemplo, no caso da FUNDAÇÃO RIO: a Serenata, a Música no Corredor Cultural, a Música na Catacumba, o Seis e Meia etc.) tem repercussão direta no bem estar da população e, via de consequência, na própria melhoria da qualidade da vida urbana.

Por uma pesquisa realizada no Curso de Metodologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, verifica-se que apesar de todas as dificuldades existe uma tendência no orçamento do tempo do carioca para atividades de lazer. Ora, se bem aproveitada esta tendência, pode-se realmente levar a Cidade a um grande desempenho comunitário da vida cultural. E, dessa forma, pode-se abrir horizontes mais claros para uma população que encontra poucos elementos para a realização pessoal dos seus membros.

Todas as recomendações e propostas apresentadas no Seminário revelaram que existe uma motivação excepcional para o desenvolvimento cultural da Cidade. Elas focaram tanto a parte técnica de mudança físico-urbanística da área, como a animação cultural. E o debate foi até mais longe porque mostrou a sensibilidade das comunidades de dar as mãos ao poder público na defesa do bem-estar da população.